



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
*CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS*  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos –PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



## **Cooperativismo: da Origem à Prática Atual**

### **Cooperatives: Origin to the Current Practice**

**Darlianny Leite da Silva**

Graduanda em Administração  
darlianny-leitte@hotmail.com  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

**Naíce Vanêssa de Sousa Bezerra**

Graduanda em Administração  
naicevanessa@hotmail.com  
Universidade Federal do Piauí – UFPI

**Douglas Moraes Bezerra**

Mestre em Administração  
moraesbd@hotmail.com  
Universidade Federal do Piauí – UFPI



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO**  
**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ**  
**CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS**  
**COORDENAÇÃO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**  
Rua Cícero Eduardo S/N – Bairro Junco – 64.600-000 – Picos – PI.  
Fone (89) 3422-1087 – Fax (89) 3422-1043



PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA  
DE DEFESA DE ARTIGO CIENTÍFICO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

**DARLIANNY LEITE DA SILVA**  
**NAÍCE VANÊSSA DE SOUSA BEZERRA**

Cooperativismo: da Origem a Prática Atual

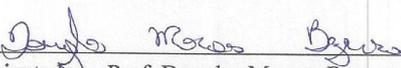
A comissão examinadora, composta pelos professores abaixo, sob a presidência da primeira, considera a discente como:

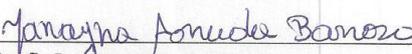
( ) Aprovados(as)

Aprovados(as) com restrições

Observações: a nota está condicionada a entrega do TCC final com todas as alterações sugerida pela banca nos prazos previamente estabelecidos.

Picos (PI), 20 de Setembro de 20 13.

  
Orientador – Prof. Douglas Moraes Bezerra

  
Prof.<sup>ª</sup>. Janayna Arruda Barroso  
Membro

  
Prof.<sup>ª</sup>. Kary Emanuelle Reis Coimbra  
Membro

  
Prof.<sup>ª</sup>. Iael de Souza  
Membro

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar se as experiências cooperativistas encontradas atualmente na cidade de Picos – PI representam a concepção original do cooperativismo inaugurado pelos socialistas utópicos. Para isso, realizou-se um estudo de caso na Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos (Campil), que atua desde 1985 no beneficiamento e comercialização do mel e derivados. A análise levou em consideração três aspectos: projeto político, tomando como base o pensamento dos cooperados acerca do modelo atual de sociedade ao confrontar a relação capitalismo *versus* socialismo; organização do trabalho, investigando a alienação do indivíduo neste, bem como se dá o processo de distribuição do produto do trabalho entre os cooperados; e valores cooperativistas, analisando pontos como autogestão, democracia, equidade e solidariedade na organização. Foi possível identificar que, apesar da demonstração de que há um entendimento acerca do assunto, sua aplicabilidade não é colocada em prática na organização em estudo, caracterizando uma fuga às características determinantes do cooperativismo proposto pelos socialistas utópicos.

**Palavras-chave:** Economia solidária. Cooperativismo. Socialistas Utópicos

## ABSTRACT

This study aims to analyze whether the cooperative experiences currently found in the city of Picos- Piauí (which is located in the Northeast region of Brazil) represent the original conception of the cooperative founded by the utopian socialists. For this, was performed a case study in the CAMPIL (Apicultural Cooperative of Picos Micro regions), which was established since 1985 to the benefit and marketing of honey and its products. The analysis took into consideration three aspects: political project, based on the cooperative members' thoughts about the current model of society to confront the relationship capitalism versus socialism; labor organization, investigating the men's alienation in it; and how the distribution process of the work product is made among the cooperative members and cooperative values, analyzing points as self-management, democracy, equity and solidarity in the organization. It was possible to identify that, despite the demonstration that there is an understanding of the subject its applicability is not put into practice in the organization that has been studied, featuring a fugue from determinants characteristics of the proposed cooperative utopian socialists.

**Keywords:** Social Economy. Cooperatives. Socialists.

## 1 INTRODUÇÃO

Este artigo pretende contribuir para os estudos na área da economia solidária através da análise do conceito de cooperativismo apresentado pelos socialistas utópicos, verificando se as experiências encontradas atualmente na cidade de Picos - PI representam a concepção do modelo inaugurado por estes no século XVIII. O objeto de estudo culminou numa cooperativa porque, segundo Singer (2004), é neste tipo de organização que está representada a forma mais radical de organização da atividade econômica nos moldes da economia solidária.

No Brasil, percebe-se que o desemprego é discutido com frequência e nele podemos perceber a degradação da mão-de-obra, herança da Revolução Industrial, que resultaria na marginalização da sociedade, em detrimento do avanço das tecnologias e das máquinas, fazendo com que o número de desempregados aumentasse significativamente até os dias atuais. Em função dessa realidade, observa-se o aumento gradativo das experiências em economia solidária, sobretudo do cooperativismo, que constituem uma alternativa ao desemprego potencializado com o fechamento das empresas.

Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileira (OCB) o ramo cooperativista tem apresentado características sólidas em relação ao seu desenvolvimento, atuando num contingente cada vez maior de pessoas, como fonte de renda e inserção social. O número de associados tem aumentado nos últimos anos, passando dos 10 milhões em 2011, o que representa um aumento de 11% em relação ao ano de 2010. Com cerca de 9 milhões de associados, em 2012, a OCB representava, no Brasil 6.652 cooperativas, gerando 30 mil empregos diretos. Entretanto, o número de pessoas envolvidas com o movimento cooperativista chega a 30 milhões. Assim, o setor cooperativista contribui para o desenvolvimento do país, participando de maneira sustentável e direta na economia brasileira.

O cooperativismo visa a um modelo de desenvolvimento não só econômico, mas que contemple o bem-estar social que, à luz do Terceiro Setor, constitui um dos pressupostos da Economia Solidária. Essa forma de organização, especialmente a cooperativista – em ênfase no presente trabalho – visa à busca por alternativas que minimizem a exclusão e desigualdades sociais enfrentadas, bem como os índices de desemprego observados no modelo de sociedade vivenciado atualmente (GUERRA; TOLEDO, 2010).

De acordo com Singer (2004), o surgimento da Economia Solidária se deu a partir das reações às injustiças que incidiam do desenvolvimento capitalista. “A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento que, mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir”. Trata-se de um desenvolvimento mais justo onde a humanidade compartilharia seus benefícios e prejuízos, tornando-o mais igualitário (SINGER, 2004, p.11).

Com o objetivo de verificar se as experiências cooperativistas atualmente encontradas na cidade de Picos – PI representam a concepção original do cooperativismo inaugurado pelos socialistas utópicos foi realizado, o presente estudo na Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos – Campil, organização fundada em 1985.

O presente artigo está estruturado em cinco partes, incluindo esta introdução. A segunda parte consiste na fundamentação teórica, que aborda a origem do cooperativismo, ao passo que faz um apanhado acerca dos conflitos sociais do século XX que criaram as condições propícias ao surgimento da economia solidária, se encerrando com a apresentação do cooperativismo enquanto a mais representativa das formas de economia solidária. A terceira parte refere-se à metodologia utilizada para a realização do estudo e, em seguida é apresentada a análise dos resultados. Na quinta e última parte do artigo, são expostas as considerações finais, bem como sugestões para pesquisas futuras.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Cooperativismo: uma origem subversiva

O padrão de produção que se presencia atualmente nem sempre funcionou dessa forma. Entre os séculos XVI e XVIII os artesãos independentes começaram a submergir, dando espaço aos assalariados. No início da Idade Média, o sistema de produção era familiar, produzindo artigos não para venda, mas para consumo próprio. Portanto não visava-se lucro. Entretanto, durante todo este período predominou outro sistema de produção, que se caracterizou pela existência das corporações. Os sistemas de corporações eram realizados por mestres-artesãos independentes que contavam com a ajuda de alguns trabalhadores e eram donos de suas ferramentas, de modo que sua produção era voltada pra um mercado regional e constante. Outro sistema produtivo que vigorou do século XVI ao XVIII, o sistema doméstico, caracterizava-se pelo fato dos artesãos realizarem sua produção de manufatura em casa (MOTTA; VASCONCELOS, 2009).

Contudo, somente no sistema fabril o empregador assume a propriedade dos meios de produção, tornando-se o dono das fábricas. Os trabalhadores passaram a ser assalariados e já não mais eram os donos de suas ferramentas de trabalho, que agora passaria a ser de propriedade de seu empregador. Nesse sistema, os artesãos eram contratados pelos empregadores, que forneciam matéria – prima, apropriando-se do produto acabado, pagando somente a mão-de-obra. Mais tarde, o artesão passa a vender apenas sua força de trabalho, predominando a busca por eficiência e lucro, passando a substituir a lógica das corporações de ofício fundamentadas no sistema da autoridade tradicional, bem como no sistema de trocas (MOTTA; VASCONCELOS, 2009).

De acordo com Motta e Vasconcelos (2009), com o empobrecimento dos nobres e proprietários de terras, estes elevaram os valores de suas propriedades a tal ponto que os camponeses não puderam mais pagar. Mais tarde essas terras foram vendidas ou cercadas para criação de animais, o que era mais lucrativo. Os cercamentos de terras fizeram com que os camponeses e suas famílias, em sua maioria numerosas, tivessem de deixar o campo, tendo que migrar para as cidades. A partir de então constituiu-se, a primeira leva de trabalhadores destinada à indústria que acabava de nascer.

Segundo Guerreiro Ramos (2009) a Revolução Industrial foi responsável pelo crescimento econômico e populacional desordenado na Europa entre os anos de 1800 e 1900, período em que a população dobrou. Aliado a isto, a tecnologia criava meios de substituição da mão-de-obra humana, gerando uma massa marginalizada. Essa massa de trabalhadores aglomerava-se nas cidades inglesas onde as condições de vida eram gritantes, refletindo-se numa situação de caos social, com epidemias, lixo, pobreza e revoltas sociais (MOTTA; VASCONCELOS, 2009).

Para Mota e Vasconcelos (2009), as condições supracitadas criaram o ambiente propício para o surgimento da luta do proletariado, inclusive dos movimentos sindicais, que, em busca por melhores condições de trabalho, mobilizavam-se para adquirir tais conquistas. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores industriais passou a preocupar alguns membros das elites esclarecidas da época, como os Tóris. Essas elites achavam que deveriam proporcionar melhorias no ambiente de trabalho visando à proteção do operário. No entanto, começaram a pensar em outro modelo de sociedade, indicando outras formas de organização do trabalho. Essa nova forma de organização se deu a partir do surgimento das ideias representadas pelos socialistas utópicos, assim denominados pelo fato de seus principais idealizadores – Robert Owen, Charles Fourier e Saint-Simon – acreditarem na total

transformação da sociedade de forma pacífica, e em seguida pelo socialismo científico, representado por Karl Marx e Friederich Engels (SPINDEL, 1992).

As primeiras idéias cooperativistas surgiram, sobretudo, na corrente liberal dos socialistas utópicos do século XIX e nas experiências que marcaram a primeira metade do século XX. Na época, os ideais de liberdade, justiça, democracia e igualdade disseminadas pelas Revoluções Burguesas permeavam o intelecto da população, gerando um sentimento de revolta devido às condições vivenciadas naquela realidade. Graças a esse pensamento, somado à realidade constituída pelo sofrimento da classe trabalhadora, se criou o contexto propício ao aparecimento do cooperativismo, que nascera da necessidade e do desejo da classe trabalhadora em superar a miséria pelos seus próprios meios – ajuda mútua.

Portanto, os ideais que fomentam o surgimento das primeiras experiências que aproxima-se do cooperativismo promovem, durante o século XX, uma das maiores lutas sociais da história.

## **2.2 As lutas sociais do século XX**

Os ideais sociais surgidos durante o século XIX, que permitiram o surgimento do movimento cooperativista, com as experiências de Owen, Fourier e Simon, influenciaram durante o início do século XX, uma das maiores lutas sociais já vivenciadas pela humanidade, a disputa política entre o Socialismo, fundamentado nos ideais sociais do século XIX, e o Capitalismo, filho da Era das Revoluções Burguesas do século XVIII (HOBSBAWN, 1995).

Como afirma Engels (2008), a Revolução Industrial colocou os trabalhadores em uma situação até então inédita, pois esta é a primeira vez na história que uma parcela significativa da sociedade encontra-se desprovida dos meios de produção, condicionada a ter que vender sua única propriedade para poder sobreviver: sua força de trabalho. Os trabalhadores, neste momento constituídos enquanto classe (em contraposição à burguesia, detentora dos meios de produção), agora estavam indefesos, de modo que não tinham outra escolha “a não ser aquela de aceitar as condições que a burguesia lhe oferece, ou morrer de fome, de congelar até a morte, de dormir nu entre as feras da floresta!”(ENGELS, 2008, p. 46). Este período foi marcado por greves e mobilizações motivadas por diferentes fatores, mas centralmente influenciadas pelas péssimas condições de trabalho e de vida característica daquela época.

Além da situação já degradante na qual vivia a grande maioria da população europeia relacionada ao processo de inchaço das cidades e as altas taxas de desemprego, devido ao fluxo crescente de pessoas dos campos para os centros urbanos durante o século anterior, o início do século XX entrou para a história devido à eclosão da 1ª Guerra Mundial. Tendo como palco central o continente europeu, este conflito gerou diversos problemas econômicos e sociais, para a Europa.

Além dos milhares de mortos, a população europeia herdou deste período uma grave desestruturação da economia da região. Isso se deu porque os políticos das nações em conflito buscavam ganhar a guerra a qualquer custo e, para isso, não mediam esforços financeiros, de modo que acabaram por tornar os negócios impossíveis. Parte da Europa estava destruída; os alemães, assim como parte importante do continente europeu estavam mais famintos e com salários mais baixos. Porém, vale ressaltar que, apesar das baixas, os habitantes da Grã-Bretanha e França sobreviveram ilesos à 1ª Guerra Mundial e provavelmente um pouco mais saudáveis (HOBSBAWN, 1995).

Assim, juntamente com o amadurecimento do movimento operário, o sentimento antiguerra presente na população europeia devido à matança e ao desequilíbrio econômico

causado pelo conflito mundial, cedeu espaço com os ideais sociais desenvolvidos pelos socialistas utópicos durante o século XIX, que passaram, desde o final deste século, a influenciar duas sólidas correntes político-ideológicas que protagonizaram as lutas sociais ao longo do século XX: o anarquismo e o socialismo.

As lutas sociais que marcaram o século XX tiveram seu ápice no ano de 1917, com a Revolução Socialista na Rússia, que, a partir daquele momento, colocava em questão toda a estrutura social existente e consolidando uma proposta de sociedade pautada em ideais sociais. Porém, este processo já mostrava seus sinais desde o final do século XIX, quando contradições e problemas sociais da época criaram as condições para uma das principais revoltas sociais da França: a Comuna de Paris.

Em 18 de março de 1871, o povo levantou-se contra o governo e declarou Paris uma cidade independente, livre e dona do seu destino (WOODCOCK, 1977). A comuna de Paris visava um projeto de sociedade organizado de baixo para cima, sem que a elite pudesse controlar o proletariado, atuando como processo de revolução social dentro da guerra civil, isto é, fazendo a revolução e se desfazendo do Estado burguês.

A Comuna exerceu grande influência sobre as diversas correntes de pensamento no decorrer de todo o século XX, sendo reconhecida como a primeira tentativa feita em prol da Revolução proletária no sentido de destruir a máquina do Estado burguês, já que as causas da comuna são oriundas da Revolução Social, a emancipação política e econômica total dos trabalhadores. De fato, a Comuna não conseguiu avançar, mas o pensamento anarquista que a permeava influenciou expressivamente o movimento socialista.

Mas foi apenas com a Revolução Russa de 1917 que a defesa de outro projeto de sociedade se apresentou de forma concreta, de modo que, a partir de então, se constituiu uma polarização internacional entre socialismo e capitalismo. Contudo, a Revolução Russa trouxe várias consequências diretas e indiretas, pois além de permitir um referencial de um outro modelo de sociedade, possibilitou o surgimento de um movimento bárbaro de contrarrevolução, tendo como sua principal expressão o fascismo, que juntamente com o nazismo produziram algumas das piores experiências da humanidade (HOBSBAWN, 1995).

Porém, nem tudo saiu como o esperado. O não avanço do Socialista inseriu toda uma geração numa lógica de isolamento, empobrecimento e atraso. Com a morte de Lenin, esta situação se agrava, pois seu substituto, Stalin, reduziu a Internacional Comunista a um instrumento da política de Estado soviético, expurgando, dissolvendo e reformando seus componentes segundo os interesses e sob o controle do Partido Comunista Soviético.

A mudança de orientação política do Partido Comunista Russo promovida por Stalin, acelerou ainda mais o processo de empobrecimento e isolamento da população soviética, de modo que durante a 2ª Guerra Mundial, onde de um lado estava a Rússia socialista e do outro a Alemanha nazista, toda a população soviética estava sob o controle do Partido Comunista Russo e a serviço de sua política armamentista.

Assim, a segunda metade do século XX foi marcada pela 2ª Guerra Mundial, cujo final se deu com o lançamento das bombas atômicas em território japonês com a vitória da União Soviética (URSS) sobre a Alemanha nazista e sua consolidação como uma superpotência militar e industrial. Neste momento teve início um período de grande tensão internacional devido à disputa bélica, tecnológica e política, entre as duas maiores potências mundiais. Este momento este que ficou conhecido como Guerra Fria.

Embora uma guerra com características diferentes, quando a Guerra fria instalou-se entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) a humanidade acreditava fortemente em novos ataques nucleares de ambas as partes. De fato, isso não aconteceu, mas à medida que o tempo passava a situação política e tecnológica se alterava e durante quarenta anos se convivera com a possibilidade diária da destruição mútua de ambas as civilizações.

Nesse período, as duas superpotências viviam numa disputa armamentista, tecnológica, nuclear e por território. A URSS controlava uma parte do globo, exercendo influência através do exército vermelho e por forças armadas comunistas; por outro lado, os EUA exerciam força e predominância sobre o resto do mundo, controlando o restante da hegemonia imperial existente nas colônias, mas sem intervir sobre o domínio soviético (HOBSBAWM, 1995).

A Guerra Fria teve seu fim com a consolidação dos EUA como maior potência bélica e econômica internacional, com o conseqüente sentimento de vitória do capitalismo sobre o socialismo, e com desintegração e dissolução da URSS. O fim deste momento tenso da história mundial permitiu, a nível internacional, concluir a superioridade da democracia capitalista em detrimento da experiência antidemocrática e atrasada socialista, uma vez que a retórica da Guerra Fria associava ao capitalismo a ideia de “mundo-livre” e ao socialismo a ideia de “totalitarismo” (HOBSBAWM, 1995). Como afirma Lima (2010), o fim dos Estados socialistas do leste europeu colocou em questão as ideologias coletivistas de mudança social, de modo que a perspectiva coletiva passou a ser vista como burocrática, autoritária e ultrapassada, recolocando a ação individual como a única possibilidade emancipadora.

Contudo, a perda dos referenciais sociais coletivos de mudança social se deu acompanhada do processo de reestruturação produtiva capitalista, que por meio do discurso participacionista e autogestionário permitiu através da flexibilização a intensificação das relações de trabalho. Este processo se caracterizou pela desregulamentação e terceirização (LIMA, 2010).

No âmbito estatal a reestruturação produtiva pôde ser percebida por meio da redefinição do papel do estado, na busca de reduzir o gasto social e combater os efeitos da crise do petróleo e as conseqüências da crise fiscal dos estados nacionais da década de 1970. Este processo se deu pautado no retorno dos preceitos liberais por meio do neoliberalismo.

Com isso, consolidou-se um novo setor na economia, para além do Estado e do mercado, pautado na ação organizada da sociedade civil a fim de reduzir as contradições criadas por este modelo político-econômico individualizante, que se convencionou chamar de Terceiro Setor.

Contudo, como afirma Lima (2010, p. 180), a ação da sociedade civil organizada na tentativa de amenizar os problemas gerados pela intensificação do trabalho após o processo de reestruturação produtiva, não se configura “exatamente como resultado de mobilizações operárias nas quais a bandeira da autogestão teria um caráter de transformação social ou um projeto de sociedade mais democrática, e sim, frente ao desemprego estrutural decorrente da reestruturação econômica”. Portanto a individualização do trabalho e a perda dos referenciais sociais do início do século XX transformaram a busca por melhorias na qualidade de vida coletiva na tentativa de uma mudança da realidade individual.

### **2.3 Economia solidária: uma alternativa de combate ao desemprego**

De acordo com Cardoso (2005), a partir dos anos 50 nasce uma nova realidade, algo que não era nem público e nem privado – o chamado Terceiro Setor, conceito que nasce juntamente com a expressão Terceiro Mundo.

A princípio, o Terceiro Setor aparece com uma ideia de autonomia e independência em relação ao modo de produção capitalista. Essa idéia de independência é uma característica nova, organizada pelos cidadãos e pelos processos de formação da democracia e desenvolvimento social (CARDOSO, 2005). Esse ressalta ainda que, nos anos 80, o Terceiro Setor toma novas proporções, tornando-se mais abrangente. É amplamente marcado por uma

diversidade de atores e formas de organização, a exemplo das ONGs, que primeiro articularam recursos e experiência na base da sociedade, ganhando espaço e participação cidadã; e as instituições filantrópicas, organizações dedicadas à prestação de serviços e que visam o bem-estar social em vez do lucro.

Junto ao Terceiro Setor surgem também as formas de Economia Solidária que, ao longo da história em diversos países, vêm procurando alternativas para minimizar as desigualdades e a exclusão social. Vale lembrar os dois fatores que contribuíram para seu aparecimento: os altos índices de desemprego e o anseio por um novo modelo de gestão (GUERRA; TOLEDO, 2010).

Conforme relatos de Paul Singer (2004) a Economia Solidária surgiu como reação às injustiças que incidiam do desenvolvimento capitalista. “A economia solidária não pretende opor-se ao desenvolvimento que, mesmo sendo capitalista, faz a humanidade progredir” (SINGER, 2004, p.11). Para o autor, trata-se de um desenvolvimento mais justo onde a humanidade compartilharia seus benefícios e prejuízos, tornado-o mais igualitário.

Segundo Gaiger (2009) o conceito de economia solidária está permeado de sentido político e normativo, inerente à sua construção enquanto realidade social em desenvolvimento. Para ele, pode-se dizer que o termo refere-se a “práticas econômicas de iniciativa de pessoas livremente associadas, com algumas características básicas: algum grau de socialização dos meios de produção; dispositivos de cooperação no trabalho e elementos de gestão democrática”, entre outros elementos que caracterizam o empreendimento enquanto solidário. (GAIGER, 2009, p. 570). Já para Mance (1999), as iniciativas de Economia Solidária se constituem numa alternativa ao modo de produção capitalista e estão ligadas à noção de colaboração solidária. Tais iniciativas fundamentam-se numa estratégia pautada na conexão das unidades de produção e de consumo, permitindo a geração de emprego e renda, o fortalecimento da economia e do poder locais, bem como uma transformação cultural das sociedades nas quais se apresenta (MANCE, 1999, p. 203).

A exemplo desse tipo de experiência tem-se os bancos comunitários de desenvolvimento (BCD's) que, segundo França Filho e Silva Júnior (2009), podem ser definidos como uma prática de finanças solidárias de apoio às economias populares de territórios com baixo índice de desenvolvimento humano (IDH), sendo estruturados a partir de dinâmicas associativas locais e apoiando-se numa série de ferramentas que visam ampliar a renda no referido território. A primeira experiência em BCD's se deu com a criação do Banco Palmas, em Fortaleza – CE, no Brasil. Criado em 1998, através da ação da Associação de Moradores do Conjunto Palmeiras (ASMOCONP), o Banco Palmas contribuiu não só para a construção do bairro em si, mas para a melhoria das condições de vida naquele espaço de maneira geral.

Além das formas supracitadas, a Economia Solidária também se manifesta através de cooperativas, associações populares, grupos informais (sejam eles de produção, de serviços, de consumo ou de comercialização nos âmbitos rural e urbano), entre outras, afirmando sua magnitude e heterogeneidade. Conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES), tais empreendimentos caracterizam-se por se basearem em relações de colaboração solidária, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em vez da acumulação privada de capital em particular.

Para Singer (1999), é no cooperativismo que está representada a forma mais radical de organização da atividade econômica nos moldes da economia solidária, forma de organização na qual se pretende aprofundar o conhecimento de agora em diante, sobretudo na perspectiva dos socialistas utópicos.

## **2.4 De uma origem subversiva a um mecanismo de legitimação**

Como dito anteriormente, temos visto se intensificar, nos últimos anos, o debate acerca de um novo conceito – o de Economia Solidária. E isto, no contexto da consolidação do Terceiro Setor como resultado de uma conjugação de espaços no tratamento da questão social, o que permite superar, conceitualmente, a ideia de que este é apenas um conjunto de organizações que se assemelham por uma tipologia estabelecida. Conforme Evers (1995) *apud* Pereira e Cançado (2012), “o Terceiro Setor é um espaço relacional que deriva do entrelaçamento de lógicas, discursos e racionalidades entre os três setores (Estado, Mercado e Comunidade), voltado para a proteção e desenvolvimento social” (EVERS, 1995 *apud* PEREIRA; CANÇADO, 2012, p. 136).

Ocorre, no entanto, que, enquanto alguns viam na associação apenas uma forma de remediar o individualismo e excessos do poder de Estado, o socialismo associacionista francês transcende essa formulação. Tratava-se, então, de um paradigma para pensar e reformar as ordens social, econômica, política e moral (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

O socialismo associacionista precursor tem como referência o cooperativismo idealizado por Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen – intelectuais que ficaram conhecidos como socialistas utópicos. Segundo Chaniel e Laville (2009), tais pensadores não esperavam nada da democracia. Eles tinham como propósito construir, sobre as ruínas deixadas pela Revolução, um novo modelo de sociedade.

Conforme menciona Schneider (2012, p. 255), “no início da Revolução Industrial, muitos pensadores procuraram apresentar soluções à ‘questão social’ de então”. Entre eles estão diversos intelectuais como William King, Pierre Proudhon, Michel Derrion, Louis Blanc e Philippe Buchez. Entretanto, ganharam destaque o industrial Robert Owen, na Inglaterra; o Conde de Saint-Simon e Charles Fourier, na França. Todos rejeitavam as desigualdades sociais oriundas do sistema capitalista ao passo que expressavam a ideia de associação enquanto ação emancipadora da classe trabalhadora, além de defenderem a subordinação do capital ao trabalho, bem como a eliminação do lucro como finalidade da atividade econômica. Nas organizações cooperativas visa-se a construção de uma economia pautada na satisfação das reais necessidades do indivíduo, bem como na democracia, equidade e solidariedade (SCHNEIDER, 2012).

Como salienta Singer (2004) a exemplo do referido modelo de economia solidária, tem-se as aldeias cooperativas de Owen – propostas ao governo inglês – e os falanstérios idealizados por Fourier, na França. Comunidades autogeridas que reuniam até 1.800 pessoas, nas quais a propriedade era coletiva e as tarefas desempenhadas internamente eram de livre escolha. De modo geral, essas propostas tinham no associativismo uma forma de superação das atuais condições de vida – haja vista a precarização das mesmas por conta dos excessos oriundos da recente reestruturação produtiva – e baseavam-se em princípios de solidariedade e colaboração de classes (LIMA, 2009).

É entre os utópicos que o cooperativismo enquanto doutrina moral e prática social surge na primeira metade do século XIX (IDE, 2005). Saint-Simon, um dos primeiros socialistas utópicos, teorizou acerca da divisão da sociedade entre os que produzem e os ociosos. Nesse aspecto, ele acreditava que a sociedade deveria ser composta por uma maioria de produtores capazes de gerar riquezas e que as empresas capitalistas poderiam até existir, desde que assumissem responsabilidades sociais para com a classe trabalhadora. Já Owen afirmava que o homem é resultado do meio social no qual está inserido e que para modificá-lo seria necessário modificar tal meio, adotando métodos pacíficos para tal. Robert Owen afirmava, ainda, que tais mudanças deveriam acontecer de forma gradual e moderada, a fim de que nem o sistema social e seu corpo político e nem o indivíduo sofressem de forma severa com a mudança (LIMA, 2009).

Fourier, por sua vez, buscou, em seus estudos, uma forma de harmonizar os interesses dos trabalhadores, dos capitalistas e dos consumidores. Ele acreditava que “as

desigualdades entre pobres e ricos fazem parte do plano de Deus e tudo o que provém de Deus é bem feito”, e que os problemas econômicos e sociais poderiam ser resolvidos por meio dos Falanstérios, onde os homens viveriam suas diferenças com justiça e harmonia (PASSOS, 2008. p.11).

Como relatado nos estudos de Ide (2005), é partir do pensamento dos socialistas utópicos na primeira metade do século XIX que o cooperativismo se consolida enquanto doutrina moral e prática social. Ao lado dessa proposta, o movimento operário aponta as cooperativas como alternativas ao capital e, em 1844, com a criação da Sociedade dos Probos de Rochdale, próximo a Manchester na Inglaterra, firma-se o marco de constituição do movimento cooperativista (LIMA, 2009). Segundo dados da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), em 1848, já eram 140 membros e, 12 anos depois, chegou a 3.450 associados com um capital de 152 mil libras.

O movimento cooperativista expandiu-se rapidamente na Europa e, em 1852, foi promulgada, na Inglaterra, a Lei das Sociedades Industriais e Cooperativas, que dispunha sobre as relações das cooperativas com o Estado. Em 1895, em Genebra, foi criada a Aliança Cooperativa Internacional (ACI), que ratificou os princípios basilares de Rochdale: adesão voluntária e livre de seus membros, gestão democrática, participação econômica dos membros na criação e no controle do capital, educação e formação dos sócios; e intercooperação no sistema cooperativista (LIMA, 2004).

O setor cooperativista é representado mundialmente Aliança Cooperativa Internacional, que se trata uma associação independente e não governamental, fundada em Londres, em 1895. Atualmente com sede em Genebra, a ACI é composta por organizações cooperativistas atuantes em diversos setores econômicos. Em 2012, o referido setor reunia 1 bilhão de pessoas em mais de 100 países, respondendo pela geração de mais de 100 milhões de empregos distribuídos nos cinco continentes (OCB, 2012).

De acordo com a Agenda Legislativa do Cooperativismo (edição 2012), elaborada pela OCB, no Brasil, a prática do cooperativismo teve início no final do século XIX, mas a cultura cooperativa já se observava desde a época da colonização portuguesa. Ela se desenvolveu tanto no meio urbano quanto no rural e teve forte influência das culturas alemã e italiana, principalmente na área agrícola. “Os imigrantes trouxeram de seus países de origem a bagagem cultural, o trabalho associativo e a experiência de atividades familiares comunitárias, que os motivaram a organizar-se em cooperativas” (OCB, 2012, p. 13).

Com a propagação da doutrina no país, as cooperativas tiveram sua expansão num modelo autônomo, voltado para suprir as necessidades dos próprios membros, evitando, assim, a dependência de outros atores do mercado. Em 1971, houve a regulamentação do segmento, com a sanção da Lei nº 5.764. Entretanto, somente em 1988, com a promulgação da Constituição Federal, é que a autogestão do processo foi instituída, não sendo permitida a interferência do Estado nas associações (OCB, 2012).

Lima (2009, p. 91) tem as cooperativas como sendo “formas autogestionárias de organização da produção, do controle da atividade laboral e do produto realizado pelos próprios trabalhadores”. Segundo o autor, as cooperativas de trabalho funcionam como associações voluntárias nas quais os próprios trabalhadores conduzem a organização, “uma empresa da qual todos são sócios e participam dos processos decisórios, assim como do resultado do labor coletivo, tendo como princípios fundamentais a democracia, a autonomia, a solidariedade e a igualdade social” (LIMA, 2009, p. 91).

De acordo com a declaração da Identidade Cooperativa, divulgada no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (1995) em Manchester – Reino Unido/Inglaterra, “cooperativa é uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente, para atender suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns, através de uma

empresa coletiva e democraticamente controlada” (Perspectiva Econômica, 1995 *apud* FARIA, 2003. p. 38).

Baiota (2008) reafirma o conceito acima ao salientar que as cooperativas são organizações de pessoas que se unem em busca de melhoria de renda, por meio de valores, como ajuda mútua, responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Para o autor, os objetivos econômicos e sociais nas cooperativas são comuns a todos e os aspectos legais e doutrinários, distintos de outras sociedades.

Sendo assim, e considerando o exposto ao longo da revisão da literatura, a proposta cooperativista aqui tratada se legitima a partir de três elementos: projeto político, organização do trabalho e valores cooperativistas. O primeiro – **projeto político** – diz respeito ao anseio dos socialistas utópicos pela formulação de uma nova proposta de sociedade. Como dito anteriormente, o socialismo associacionista precursor tem como referência o cooperativismo idealizado por Saint-Simon, Charles Fourier e Robert Owen – intelectuais que ficaram conhecidos como socialistas utópicos. Tais pensadores não esperavam nada da democracia, tendo como propósito construir, sobre as ruínas deixadas pela Revolução, um novo modelo de sociedade. Um modelo que se configura como uma alternativa à lógica capitalista, refletindo-se na participação igualitária e na humanização do capital (CHANIAL; LAVILLE, 2009).

Para Lima (2009, p. 92) no movimento cooperativista observa-se “desde propostas revolucionárias de contraposição ao capital, até propostas reformistas de humanização das relações capital-trabalho de inspiração cristã”. Esse posicionamento se alinha à ideia de uma proposta mais ampla de mudança social, que se vincula à economia solidária, frequentemente apontada como uma nova utopia (KLECHEN; BARRETO; PAES DE PAULA, 2011).

Em segundo lugar, tem-se o elemento **organização do trabalho**, que se refere à forma como são divididos os processos de trabalho, sejam eles no interior da cooperativa (linha de produção e rotinas administrativas) ou no campo (junto aos cooperados que não desempenham cargos internos), além do modo como se dá o processo de distribuição do produto do trabalho dos cooperados.

Defourny (2009) ressalta que entre as diversas formulações possíveis das características próprias à economia social, cabe dar ênfase à prestação de serviços à coletividade enquanto objetivo principal, sendo o lucro secundário, além da anteposição das pessoas sobre o capital na distribuição dos excedentes. Como afirma Lima (2010), uma vez idealizadas no bojo do socialismo utópico, as cooperativas foram pensadas como empreendimentos voltados à autonomia dos trabalhadores frente ao capital. Os pensadores da referida corrente ideológica pleiteavam a subordinação do capital ao trabalho e não o contrário, bem como defendiam a eliminação do lucro enquanto finalidade da atividade econômica. Para eles, as organizações cooperativistas constituem-se na construção de uma economia pautada na satisfação das reais necessidades do indivíduo, isto é, com menos desigualdades na distribuição do labor diário e dos excedentes (SCHNEIDER, 2012).

Em complemento ao exposto acima, Lima (2010) afirma que as cooperativas são permeadas pelo ideal participacionista, constituindo-se em organizações nas quais os sócios são ao mesmo tempo proprietários, gestores e trabalhadores, o que faz com que estes se envolvam ao máximo no trabalho, aumentando a produtividade e reduzindo custos. Nas cooperativas, o trabalho perde seu caráter genérico característico do assalariamento e converte-se num trabalho enriquecido, autônomo, no qual o trabalhador passa a ser responsável por sua própria produção.

De acordo com Gaiger (2002) as formas de produção da Economia Solidária podem se converter num novo modo de produção que transcenda a alienação do trabalho, mas para isso é necessário promover mudanças significativas. Segundo o autor, as organizações formadas no seio da luta dos trabalhadores são permeadas de elementos que culminam numa forma superior de produção, baseada no trabalho coletivo, onde há possibilidades de

superação da auto-alienação do trabalho. No entanto isso acaba não ocorrendo porque, mesmo dotadas de sentido social, tais organizações estão imersas no modo de produção capitalista.

Nesse sentido, também se deve considerar a questão da cultura do trabalho impregnada na sociedade, fator que acaba prejudicando os ideais dos empreendimentos característicos da economia solidária. Marcada pelo assalariamento, a cultura atual não favorece a participação democrática, uma vez que leva os trabalhadores a considerarem a gestão como não sendo problema seu. A ausência de uma cultura de gestão tende a apresentar problemas no grau de participação dos cooperados, o que além de afastar a organização da proposta de equidade, propicia o surgimento de hierarquias baseadas na separação entre os que ocupam atividades administrativas e os que se ocupam da produção (LIMA, 2010).

O terceiro e último elemento está relacionado aos **valores cooperativistas**. Para Namorado (2009) as cooperativas têm de obedecer, especificamente, a um conjunto de princípios que, por sua vez, devem estar em consonância com um leque de valores. O resultado dessa integração constitui, na sua globalidade, a identidade cooperativa.

Desde 1985, quando a Aliança Cooperativa Internacional foi fundada, os princípios preconizados na experiência de Rochdale exprimem sua matriz identitária, ao mesmo tempo que se responsabilizou pela aferição periódica da respectiva perenidade. No Congresso de Manchester, em 1995, tais princípios foram atualizados, de modo a alinharem-se com os valores cooperativos, formando não mais de forma sola, mas em conjunto com estes, a noção de cooperativa (NAMORADO, 2009). Em 1995, a ACI textualizou os valores cooperativos, integrando-os na identidade cooperativa, que afirmava que estas baseiam-se nos valores de auto-ajuda, democracia, equidade e solidariedade (NAMORADO, 2009)

Para Singer *apud* Faria (2005) as cooperativas devem ser dirigidas por representantes democraticamente eleitos pelos sócios, além disso, não deve haver diferença de direitos entre sócios e a repartição dos resultados econômicos entre estes deve ser igualitária ou proporcional à contribuição de cada um para os resultados, o que reafirma o princípio da democracia, igualdade e equidade nas organizações cooperativistas. (FARIA, 2005. p. 46).

No debate acerca da autogestão, encontram-se fundamentações diversas. Segundo Daniel Mothé, o termo autogestão foi introduzido como conceito, pelo partido comunista iugoslavo, que pretendia modernizar o sistema econômico do País, através da participação de cidadãos dotados de conhecimentos técnicos e profissionais tanto nas empresas quanto nos órgãos públicos nos quais o partido detinha o poder (MOTHÉ, 2009).

Segundo Singer, a constituição de empreendimentos autogeridos não é apenas uma alternativa ao assalariamento e à pobreza. Trata-se de um conjunto de práticas que podem transformar a consciência e o comportamento dos seus praticantes, fazendo com que estes incorporem valores ideológicos opostos àqueles que fundamentam a lógica individual e competitiva das sociedades capitalistas. Para ele a autogestão promete ser eficiente não apenas em tornar a empresa economicamente produtiva, mas em conduzi-la à solidariedade, isto é, convertê-la num centro democrático e igualitário. Assim, a autogestão seria não só uma modalidade técnica de organização e gestão. Ela se constitui na soma de práticas e saberes orientados por princípios e valores, tais qual o de solidariedade, igualdade, cooperação, autonomia, democracia e viabilidade econômica. (SINGER, 2002 *apud* AZAMBUJA, 2009).

Nesse sentido, Klechen, Barreto e Paes de Paula (2011) excluem da referida forma de condução as empresas na sua vertente tradicional de atuação ao argumentar que a autogestão é incompatível com o modo capitalista de produção, se relacionando com outras formas de organizações econômicas e sociais a exemplo de empreendimentos da economia solidária e propostas anarquistas, destacando-se aqui as propostas cooperativistas. Entretanto é importante ponderar o entendimento acerca do propósito cooperativo.

Como exposto por Lima (2010) o debate acerca não só do cooperativismo, mas das formas de economia solidária como um todo tem se mantido na perspectiva de uma

alternativa ao desemprego oriundo da estruturação produtiva, fugindo da proposta de criação de um novo modelo de sociedade idealizada pelos socialistas utópicos quando da sua criação. Cabe pensar a efetiva sustentabilidade das cooperativas, o que pressupõe discutir suas relações com o mercado, uma vez que para continuar como empresa, esta deve manter-se atualizada tecnológica e organizacionalmente, fatores que podem comprometer a proposta cooperativista em termos de gestão autônoma e democrática. A autogestão constitui-se, nesse contexto, mais como um objetivo a ser alcançado do que propriamente uma forma efetiva de organização e gestão.

### 3 METODOLOGIA

Segundo Godoy (1995, p. 21), para que um fenômeno seja bem compreendido no contexto no qual ocorre este deve ser analisado sob uma perspectiva integrada. Para tanto, a abordagem de análise mais indicada é a qualitativa, caso do presente estudo, uma vez que esta compreende um conjunto de diferentes técnicas interpretativas no intuito de traduzir e expressar o sentido dos fenômenos do mundo social.

Com base nos estudos de Vergara (2007) uma pesquisa pode, ainda, ser qualificada levando-se em consideração dois critérios: quanto aos fins e quanto aos meios. No tocante aos fins o presente estudo se caracteriza como descritivo, uma vez que põe à amostra pontos de uma população ou situação específica com o intuito de relatar o funcionamento desta. Quanto aos meios, se caracteriza como pesquisa de campo e estudo de caso, a primeira classificação se justifica pelo fato de a pesquisa ser realizada onde o fato acontece e o segundo caso, pelo grau de profundidade, utilizando-se como referência a Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos – Campil.

Gil (2011, p. 57) aponta o estudo de caso como sendo “caracterizado pelo estudo profundo e exaustivo de um ou poucos objetos, de maneira a permitir o seu conhecimento amplo e detalhado, tarefa praticamente impossível mediante os outros tipos de delineamento”. Ele se mostra vantajoso na medida em que possibilita uma análise mais ampla, investigando o fenômeno dentro do seu contexto de realidade (YIN, 2005, p. 32).

Segundo Vergara (2007), a amostra estudada se define como não probabilística, ou seja, aquela baseada não em procedimentos estatísticos, e sim na disponibilidade em relação à realização da pesquisa. Também foi levada em consideração a relevância da organização para a região, já que esta é pioneira no segmento, mantendo-se no mercado desde 1985.

A coleta de dados se deu com base em roteiros de entrevistas semi-estruturados, visando uma compreensão ampla do entendimento dos entrevistados acerca das questões abordadas e da organização do empreendimento selecionado. O roteiro foi desenvolvido de acordo com os objetivos da pesquisa e resultou da investigação teórica inicialmente realizada, conforme recomenda Vergara (2007). Também valeu-se da observação direta como contribuição para a análise do problema, já que esta facilita a compreensão do funcionamento do ambiente, ao passo que capta informações não abordadas pelos entrevistados.

Para a obtenção de dados representativos da organização como um todo, buscou-se entrevistar tanto cooperados que desempenhassem funções dentro da cooperativa, como aqueles que não ocupam qualquer cargo de controle interno. Assim, foram entrevistados: o presidente, a gerente comercial, a gerente financeira e dois cooperados que não atuam internamente, sendo estes intitulados: cooperado 1, 2, 3, 4 e 5, respectivamente. O critério para fechamento amostral considerando no estudo foi a saturação das respostas. Conforme explica Laville e Dionne (1999), o fechamento amostral por saturação se dá quando os dados obtidos passam se repetir, não sendo considerado relevante prosseguir com a coleta de dados.

As entrevistas foram realizadas na cooperativa e nas residências dos cooperados, conforme agendamento prévio e, para que a integridade dos dados fosse garantida, as mesmas

foram registradas através de gravação eletrônica, como recomenda Gil (2011), ao salientar que o referido método é o melhor modo de preservar o conteúdo da entrevista. As respostas foram consultadas posteriormente e procedeu-se com a técnica de análise de conteúdo.

Para a compreensão e interpretação dos dados, definiram-se três categorias de análise, também provenientes dos objetivos da pesquisa, sendo elas: projeto político, organização do trabalho e valores cooperativistas. Quanto à interpretação e apresentação dos resultados, confrontou-se as informações obtidas por meio dos instrumentos utilizados com o conhecimento adquirido na construção do estudo, como aconselha Gil (2011, p. 178) ao relatar que “para interpretar os resultados, o pesquisador precisa ir além da leitura destes, com vistas a integrá-los num universo mais amplo em que poderão ter algum sentido”. Para o autor, este universo refere-se à fundamentação teórica e aos conhecimentos acumulados em torno das questões abordadas no decorrer da pesquisa.

## **4 ANÁLISE DOS RESULTADOS**

### **4.1 Contexto institucional da pesquisa**

A Cooperativa Apícola da Microrregião de Picos (Campil) foi fundada em outubro de 1985 por um grupo de apicultores da região de Picos – PI que decidiu se organizar em forma de cooperativa, adquirindo inicialmente cerca de cem sócios, número que chegaria mais tarde a mais de duzentos e oitenta. A Cooperativa surgiu a partir da dificuldade enfrentada pelos apicultores da região para a comercialização do mel produzido, pois escoá-lo individualmente barateava a produção. Nos anos 80 a demanda pelo produto na microrregião de Picos ainda era pequena e os apicultores acabavam vendendo o mel para compradores de outros estados, na maior parte das vezes atravessadores, que impunham ao preço que lhes achasse conveniente e boa parte das vezes sequer arcavam como o compromisso de pagar pelo produto adquirido. Entretanto, após a criação da cooperativa o produto passou a ser vendido diretamente para grupos de empresas, conseguindo-se melhores preços e maior segurança econômica em virtude do aumento do poder de negociação conseguido graças à comercialização em grandes quantidades.

A Campil é uma cooperativa de beneficiamento e comercialização do mel de abelha e derivados. Ela dispõe de estrutura própria, com equipamentos adequados à extração, beneficiamento e envase do mel. No processo de extração, os apicultores levam as caixas e melgueiras até a cooperativa e em seguida são feitos os processos de desopeculação, centrifugação, decantação e homogeneização. Depois o mel é destinado ao envase, que pode ocorrer de duas maneiras: fracionado – em bisnagas, saches e potes – e a granel – em baldes e tambores com capacidade para 280 kg. Em ambas as formas o mel já termina rotulado e em forma homogênea. Todavia o cooperado pode levar o mel até a cooperativa já colhido terminando, portanto seu trabalho. Nestes casos a cooperativa procederá apenas com os processos de homogeneização e envase prosseguindo, em seguida, com a comercialização. O pagamento aos apicultores é feito de imediato, sendo que o valor do produto varia conforme sua coloração (quanto mais clara, maior o valor), fator determinado pelo tipo de florada.

### **4.2 Análise dos resultados**

Como dito anteriormente, a análise levou em consideração três aspectos: projeto político, tomando como base o pensamento dos cooperados acerca do modelo atual de sociedade; organização do trabalho, investigando a alienação do indivíduo bem como se dá o

processo de distribuição do produto do trabalho entre os cooperados; e valores cooperativistas, analisando o entendimento e aplicação de conceitos tais como os de autogestão, democracia, equidade e solidariedade. Tais unidades relacionam-se diretamente aos objetivos da pesquisa, pois constituem questões fundamentais à proposta cooperativista aqui tratada.

#### 4.2.1 Projeto Político

Como explicitado anteriormente, o movimento cooperativista nasceu com os socialistas utópicos, intelectuais que tinham como propósito construir, sobre as ruínas deixadas pela Revolução, um novo modelo de sociedade (CHANIAL; LAVILLE, 2009). Diante disso, captar a compreensão dos entrevistados acerca da proposta cooperativista bem como do modelo atual de sociedade torna-se indispensável à análise da presença ou não do anseio dos socialistas utópicos na percepção dos cooperados da Campil.

Observamos que, apesar do descontentamento com o modelo de produção capitalista atualmente vivenciado, não há uma consolidação do propósito dos socialistas utópicos na mente dos cooperados. Como mostra o trecho a seguir, percebeu-se um posicionamento contrário ao sistema de produção capitalista:

Muito injusto, porque no capitalismo quem manda é o dinheiro. E o social, que é as pessoas, quando fica, é em segundo plano (Cooperado 5).

O fragmento acima mostra a percepção do esquecimento do bem estar social no modo de produção capitalista, entretanto, não chega a representar o motivo pelo qual os cooperados optam pela atividade cooperativista em vez de empresarial. Essa preferência ao cooperativismo em vez da prática capitalista também se observa entre a gerência.

O modelo capitalista poderá ser bom pra os ricos, mas para a pessoa pobre o cooperativismo é muito melhor. Pra quem vive de produção, principalmente. Através das cooperativas você consegue melhorias tanto para comprar como para vender. (Cooperado 1).

Para os socialistas utópicos, o cooperativismo propiciaria a criação de uma sociedade pautada na sobreposição do indivíduo à lógica capitalista, o que não foi percebido enquanto finalidade na Campil, sendo este um mecanismo de fortalecimento da comercialização.

Os cooperados ressaltaram que, ao organizar-se em cooperativa é possível comercializar o mel em maiores quantidades, o que aumenta o poder de negociação não só quanto ao preço, mas também no sentido de se obter maior segurança em relação ao pagamento. A ausência dessa percepção por parte dos cooperados nos leva a identificar uma inserção também inconsciente na proposta de Economia Solidária.

Para Mota e Vasconcelos (2009) o cooperativismo começa a ser pensado a partir das condições herdadas da reestruturação produtiva oriunda, sobretudo, da Revolução Industrial. Esse contexto criou o ambiente propício ao surgimento da luta do proletariado, inclusive do movimento sindical que, em busca por melhores condições de trabalho, mobilizava-se para adquirir tais conquistas. As dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores passaram a preocupar alguns membros das elites esclarecidas da época, levando-os a achar que deveriam proporcionar melhorias no ambiente de trabalho visando à proteção do operário.

Nesse sentido também identificou-se uma postura contrária ao que se observa na proposta cooperativista inaugural. Mesmo havendo manifestações da percepção do

cooperativismo enquanto um movimento social, a exemplo dos sindicatos, partidos políticos, entre outros movimentos contra-culturais, a maioria dos entrevistados expressou não haver ligação entre tais movimentos e sua inserção na proposta de Economia Solidária aqui tratada, o que reflete um distanciamento do pensamento de Owen, Fourier e Saint-Simon – que ficaram conhecidos como socialistas utópicos justamente por acreditarem na total transformação da sociedade de forma pacífica, através das lutas de classes e pela revolução proletária (SPINDEL, 1992).

A observação se fez um instrumento importante, na medida em que complementou as impressões individuais obtidas por meio das entrevistas, como no caso do conhecimento acerca das políticas do projeto cooperativista, tanto pelos cooperados que ocupam cargos administrativos, atuando nas atividades internas da organização, quanto daqueles cuja participação se dá de maneira mais tímida. Em vários momentos os cooperados demonstraram ter conhecimento dos princípios e valores cooperativistas, no entanto a aplicação acaba não acontecendo e a proposta se converte num mecanismo de fuga da relação produtor-atravesador, como evidenciado no relato a seguir:

Os sócios tem que juntar forças para competir com o mercado, com o capitalismo, porque uma pessoa só não tinha como competir com o atravessador, mas o grupo junto poderia. E isso foi o que levou as pessoas a participar da cooperativa, juntar um grupo e vender diretamente para as empresas, tirar do meio os atravessadores, que ganhavam em cima da produção. (Cooperado 4).

Ao analisar o trecho acima pode-se argumentar que há certa coerência no pensamento do cooperado, uma vez que é adotando esse tipo de comportamento que se torna possível a sobrevivência da organização em meio ao sistema capitalista predominante. Entretanto, a questão a ser discutida refere-se ao fato de que o caráter social das cooperativas constitui-se no objetivo primeiro desse tipo de organização, devendo se sobrepor aos objetivos econômicos, como explicitado por Defourny (2009) ao afirmar que nos empreendimentos solidários a anteposição das pessoas sobre o capital é característica básica.

#### 4.2.1 Organização do Trabalho

No que se refere à organização do trabalho, buscou-se analisar a forma como são divididos os processos de trabalho, sejam eles no interior da cooperativa ou no campo – junto aos cooperados que não desempenham cargos internos. Para os socialistas utópicos as organizações cooperativistas constituem-se na construção de uma economia pautada na satisfação das reais necessidades do indivíduo, isto é, com menos desigualdades na distribuição do labor diário e dos excedentes (SCHNEIDER, 2012).

Nesse sentido observou-se que, apesar de haver traços de flexibilização do trabalho, sendo mencionado pelo pessoal do administrativo que a jornada se adéqua as demais atividades do sócio, notou-se que o modo como as atividades são organizadas na cooperativa não atende ao que fora idealizado quando da concepção do referido tipo de empreendimento solidário. Durante as entrevistas foi mencionado que a gerente financeira é quem procede com a divisão das atividades e, mesmo isso acontecendo apenas no tocante às rotinas administrativas, acaba distanciando os cooperados da atuação direta na organização, o que fere o ideal de participação na organização – ponto que será aprofundado mais adiante.

Quanto às atividades realizadas em campo, percebeu-se que o produtor é quem dita como o processo será realizado. Segundo os relatos dos entrevistados, inclusive os do setor administrativo, as atividades relacionadas à colheita não se estendem pelo ano inteiro,

considerando que no período de estiagem as abelhas não produzem e o trabalho se resume ao abastecimento das colméias com água e alimento, como mencionado na entrevista a seguir.

Para os sócios que vão produzir, ele vai deixar de ser empregado para ser empreendedor, autônomo e a carga horária é bem reduzida, dependendo da região e da quantidade de chuva. Quando o inverno é mais prolongado tem mais trabalho, porque a gente trabalha mais no período chuvoso. No período da seca você trabalha, mas fica mais é conferindo as colméias e você é quem vai fazendo seu horário. Então se for comparar com uma empresa privada é bem melhor. (Cooperado 5).

Numa análise do trecho supracitado é possível perceber que há autonomia de cada produtor no tocante à organização de suas atividades produtivas. Entretanto no tocante à divisão das tarefas desenvolvidas internamente na cooperativa há uma centralização que, apesar de ter sido justificada como um procedimento adotado apenas em nível de organização – conforme mencionado inclusive pelos produtores que não desempenham funções internas – afasta o cooperado do ambiente da cooperativa, fazendo com que este não se sinta responsável por tais atribuições, o que foge da perspectiva autogestionária do cooperativismo, aqui explicitada. Como afirma Lima (2010), as cooperativas são permeadas pelo ideal participacionista, constituindo-se em organizações nas quais os sócios são proprietários, gestores e trabalhadores, o que faz com que estes se envolvam ao máximo no trabalho.

No tocante à distribuição do produto do trabalho dos cooperados, denominado em organizações cooperativistas como sobras, foi relatado que ao entregar a produção para a cooperativa proceder com a comercialização o devido pagamento é feito de imediato, considerando como requisito de definição do preço a coloração do mel. O excedente das operações de venda é utilizado conforme as necessidades administrativas da organização e, ao final do exercício, durante a Assembleia Geral, é colocado em pauta o destino das sobras – se serão rateadas entre os sócios ou se serão integralizadas ao capital da cooperativa, que é o que geralmente acontece devido à necessidade em melhoria de estrutura e equipamentos.

O objetivo da divisão das sobras é tornar o desenvolvimento mais justo, repartindo seus benefícios e prejuízos de forma que todos possam ganhar de forma mais igual e menos casual (SINGER, 2004). Tal argumento pode ser observado no relato de um dos cooperados que não faz parte do administrativo.

A divisão das sobras é proporcional ao produto, à quantidade que você colocou lá, levando em consideração também o valor que movimentou através da qualidade do produto. Aí quando se apura o resultado tem que tirar o fundo de reserva, que é indivisível, e o restante vai para a votação, se vai ser dividido ou integralizado. Até hoje a gente resolveu sempre integralizar. (Cooperado 3).

Observando o trecho acima bem como o relato dos demais cooperados, percebeu-se que, no tocante à divisão das sobras, há consonância com os preceitos cooperativistas, fazendo-se sempre a decisão do destino destas em assembleia e mantendo como critério de distribuição a proporcionalidade ao trabalho despendido, como explica Faria (2005) ao alegar que a repartição dos resultados econômicos entre os sócios deve ser proporcional à contribuição de cada um para os resultados, o que reafirma o princípio da democracia, igualdade e equidade nas organizações cooperativistas.

#### 4.2.3 Valores Cooperativistas

Quanto aos valores cooperativistas percebe-se um singelo conhecimento acerca do assunto. Algo informal, que mais parece senso comum do que propriamente o espírito

cooperativista se manifestando no trabalhador. Em 1995, a ACI textualizou os valores cooperativos, integrando-os na identidade cooperativa, que afirmava que estas baseiam-se nos valores de auto-ajuda, democracia, equidade e solidariedade (NAMORADO, 2009).

No que concerne à auto-ajuda, apesar de ter sido demonstrado a ocorrência de casos de ajuda coletiva na organização, notou-se que tal prática não é interiorizada enquanto valor cooperativo e acontece de forma esporádica, como citado a seguir.

Já aconteceu de virar caminhão de colegas da gente e todo mundo da cooperativa se reunir para ajudar. Nós doamos um pouco da cera, cada um de acordo com sua condição, e o dinheiro da venda foi usado para ajudar. (Cooperado 4).

Analisando o relato acima, percebe-se o que fora anteriormente exposto. Tal valor está presente na Campil, não como base impregnada no ideal cooperativista aqui tratado, mas como uma característica inerente à cultura do próprio indivíduo.

Quanto à democracia na organização, tanto os relatos como a observação demonstraram haver uma forte atenção ao quesito, sobretudo pelo fato de a cooperativa já ter tido traços de gestão autocrática, conforme identificado no discurso da maioria dos entrevistados, ao se repetirem por diversas vezes frases como “antigamente era assim”, “agora está melhor”, “agora é diferente”, o que dá a entender que a democracia nem sempre foi observada na Campil. Para Singer *apud* Faria (2005) as cooperativas devem ser dirigidas democraticamente. Os representantes devem ser eleitos pelos sócios, a decisões acerca do trabalho e do capital devem ser tomadas em assembleia.

A transparência também constitui elemento fundamental à prática cooperativista. Isso porque através da sua efetivação realização os sócios se aproximam da situação da organização e, ao ter acesso fácil aos dados, se sentem donos do empreendimento. A transparência diz respeito ao nível em que os resultados são disponibilizados e constitui fator primordial ao exercício da democracia na organização. Nesse sentido, percebeu-se mais uma vez traços de insatisfação com a gestão anterior, como descrito abaixo.

A prestação de contas já foi mais difícil de se acreditar, mas de um tempo pra cá a gente vem acompanhando e as coisas vem dando certo. Agora as informações repassadas é de fácil entendimento e qualquer hora que chegar lá todo mundo pode ver. (Cooperado 4).

Considerando o trecho supracitado percebe-se que há uma preocupação por parte da cooperativa em disponibilizar os dados referentes aos resultados obtidos com as operações da cooperativa, conforme também explicado.

Sempre antes das assembleias é divulgado pelo contador o que se tem, o que fez, o que comprou, se a cooperativa está devendo, se teve lucro ou prejuízo. Tudo isso é mostrado antes pra que no dia todo mundo possa votar consciente (Cooperado 2).

Com a atitude descrita acima percebeu-se a preocupação em fazer uma apanhado do exercício antecipadamente para que no dia da assembleia geral, na qual a prestação de contas anual é feita, o cooperado possa posicionar-se de forma embasada. Nesse quesito todas as entrevistas conduziram à compreensão da Campil enquanto organização preocupada com a disponibilização dos resultados aos sócios. Também foi relatado de forma unânime que durante as assembleias não há distinção entre os cooperados que ocupam cargo administrativo e os demais, evidenciando a prática da equidade na Campil.

No debate da autogestão, encontram-se fundamentações diversas. Como exposto anteriormente, a autogestão é um dos pilares mais importantes da proposta cooperativista, principalmente no que diz respeito aos direitos dos cooperados. Nesse sentido, percebeu-se que, apesar de ter sido demonstrado, no decorrer das entrevistas, que há um entendimento

acerca do assunto, sua aplicabilidade não fora constatada. Embora haja na Campil a percepção de que as organizações cooperativistas devem ser empreendimentos pautados na autogestão, identificou-se elementos que distanciam a referida organização de tal característica, entre eles, a centralização das decisões, a ausência do espírito participacionista e a falta de interesse até mesmo na fiscalização das atividades.

O objetivo da autogestão é converter a organização num centro democrático e igualitário, orientado pelos valores cooperativistas e sem intervenção governamental. A constituição de empreendimentos autogestionários, além de uma alternativa ao trabalho assalariado e à pobreza, representa um mecanismo capaz de transformar a consciência e o comportamento dos que nele estão inseridos, fazendo com que estes incorporem valores ideológicos opostos àqueles que fundamentam a lógica capitalista, ajustada sob ideais de individualidade e competição, daí sua importância.

Visto isso e considerando a acanhada prática da autogestão nos empreendimentos solidários da atualidade, a exemplo da Campil, cabe pensar a efetiva sustentabilidade das cooperativas. Como expressado por Lima (2010), é necessário discutir as relações desse tipo de organização com o mercado, já que, para manterem-se atuantes as cooperativas devem atualizar-se tanto em termos de tecnologia quanto de processos organizacionais e isso acaba comprometendo a proposta cooperativista autogestionária. Assim, a autogestão constitui-se mais num objetivo a ser alcançado do que numa forma efetiva de organização.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste artigo discutiu-se a proposta de cooperativismo inaugurada por Saint-Simon, Robert Owen e Charles Fourier, teóricos do século XVIII que ficaram conhecidos como socialistas utópicos por acreditarem na total transformação da sociedade como um processo livre de confrontos através das lutas de classes e pela revolução proletária.

A análise do caso Campil confirma os resultados de pesquisas que vêm sendo realizadas acerca do cooperativismo. A discussão fundamental proposta no presente trabalho encontra respaldo nestes resultados, evidenciando o quão importante é a manutenção dos ideais cooperativistas bem como sua aplicação consciente para a construção de um empreendimento leal à sua proposta originária.

A construção de uma sociedade que alinhe os interesses econômicos e sociais com princípios que valorizem o trabalho, a participação, a democracia e a igualdade entre os membros no modo de produção, somente se torna possível a partir do momento em que os cooperados têm consciência de que estão inseridos numa proposta diferente da predominante. Para isso é imprescindível por em prática ações e pensamentos que, assim como estes princípios, são desprezados na atuação do sistema capitalista, tais como a autogestão e o interesse pelo bem comum em sobreposição ao lucro.

Confirmou-se a distorção da proposta cooperativista inaugural. Percebeu-se na Campil que a cooperativa funciona como um mecanismo de fortalecimento da comercialização do mel, uma vez ressaltada a dificuldade encontrada para tal por conta, tanto dos baixos preços impostos pelos atravessadores como pela inadimplência corriqueira destes para com os produtores ao comercializar o mel individualmente. Essa realidade expõe a ausência do ideal cooperativista enquanto alternativa à lógica capitalista na Campil, deixando transparecer que a interiorização dos valores da economia solidária nos cooperados ocorre mais por conta da cultura de associação presente na região do que pelo anseio de criar uma nova sociedade a partir do cooperativismo e sua essência, o que mostra que a educação no cooperativismo revela-se como uma questão fundamental.

Discute-se, portanto, a contribuição de uma visão crítica para a efetivação da proposta cooperativista. Cabe ressaltar que, a partir da consciência das imperfeições do capitalismo bem como da percepção deste enquanto um sistema marcado pela alienação dos indivíduos, a busca por alternativas passa a ser uma real preocupação. Neste sentido, o cooperativismo, assim como outras formas de Economia Solidária, apresenta-se como uma delas, embora, como explicitado ao longo do trabalho, sua vivência ainda encontre dificuldades a serem enfrentadas.

Cabe ressaltar que o presente estudo de caso não pretende generalizar os resultados, uma vez que não se sabe se tal realidade se estende entre as demais cooperativas. A intenção foi alertar para a percepção dos aspectos aqui tratados, o que reflete a necessidade de se realizar outras pesquisas acerca do assunto. Por outro lado, o trabalho realizado mostra que investigações acerca do entendimento dos ideais que dão identidade ao cooperativismo se fazem necessárias na medida em que situam os envolvidos na real proposta, combatendo a interpretação errônea de que este se constitui numa alternativa de fortalecimento da comercialização do produto.

Além disso, também seria interessante, ficando como sugestão para estudos futuros, uma análise da influência da cultura nacional para a consolidação do movimento cooperativista no país, uma vez que evidenciaria a forma como os brasileiros se comportam frente à proposta da Economia Solidária nos leva a identificar uma inserção também inconsciente na proposta de Economia Solidária.

## REFERÊNCIAS

- AZAMBUJA, Lucas Rodrigues. Os Valores da Economia Solidária. **Revista Sociologias**. v. 11, n. 21, p. 282-317, Jan/Jun 2009.
- BAIOTA, Carlos Daniel. **Educação cooperativa solidária: perspectivas e limites**. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais, Dissertação (mestrado), São Leopoldo – RS, 2008.
- CARDOSO, Ruth . **Fortalecimento da sociedade civil** . In: IOSCHPE, Evely [et.al.] 3º Setor: desenvolvimento social sustentado. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.
- CHANIAL, Philippe; LAVILLE, Jean-Louis. **Associativismo**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 p.
- DEFOURNY, Jacques. **Economia social**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 p.
- ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra: segundo as observações do autor e fontes autênticas**. Trad. B. A. Schumann, edição José Paulo Netto. São Paulo: Boitempo, 2008
- FARIA, José Ricardo Vargas de. **Organizações coletivistas de trabalho: autogestão nas unidades produtivas**. Universidade Federal do Paraná, Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais Aplicadas, Dissertação (mestrado), Curitiba – PR, 2003.
- FARIA, Maurício de Sardá. **Autogestão, cooperativa, economia solidária: avatares do trabalho e do capital**. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-graduação em Sociologia Política, Tese (doutorado). Florianópolis – SC, 2005.
- FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho de; SILVA JÚNIOR, Jeová Torres. **Bancos Comunitários de Desenvolvimento**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis;
- GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 p.
- GAIGER, Luiz Inácio Germany. A associação econômica dos pobres como via de combates às desigualdades. **CADERNO CRH**, v. 22, n. 57, p. 563-580, Set/Dez 2009.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. – 6 ed. – 4 reimpr. – São Paulo: Atlas 2011.
- GODOY, A. Schmidt. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de Administração de Empresas**, São Paulo, v. 35, n.3, p. 20-29, Ma./Jun 1995.
- GUERRA, Ana Carolina; TOLEDO, Dimitri Augusto da Cunha. **Economia solidaria e relações do gênero: analisando uma nova relação de trabalho**. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <<http://www.anpad.org.br>>. Acesso em: 22 mai. 2013

HOBBSAWM, Eric John Earnest . **Era dos extremos**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.

IDE, Roberto Minoru. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. **Revista Psicologia & Sociedade**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, p. 70-78, Mai/Ago 2005.

KLECHEN, Cleiton Fabiano; BARRETO, Raquel de Oliveira; PAES DE PAULA, Ana Paula. Pilares para a compreensão da autogestão: o caso de um programa de habitação da Prefeitura de Belo Horizonte. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 45, n. 3, p. 669-694, Maio/Jun 2011.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. trad. Heloísa Monteiro e Francisco Settineri. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho Autogestionário em Cooperativas de Produção: o paradigma revisitado. **RBCS – Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 19, n. 56, p. 45-62, Out. 2004.

\_\_\_\_\_. **Cooperativas de trabalho**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (Orgs.), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 2009.

\_\_\_\_\_. Participação, empreendedorismo e autogestão: uma nova cultura do trabalho? **Revista Sociologias**. v. 12, n. 25, p. 158-198, Set/Dez 2010.

MANCE, Euclides A. **A revolução das redes**: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual. Petrópolis: Vozes, 1999.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **manifesto comunista**. Publicado pelo Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2003.

MÉSZÁROS, István. **O século XXI**: Socialismo ou Barbárie? – 1 ed. brasileira, São Paulo: Boitempo Editorial, 2003.

MOTHÉ, Daniel. **Autogestão**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis.; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 p.

MOTTA, Fernando Cláudio Prestes; VASCONCELOS, Isabella Gouveia de. **Teoria geral da administração** – 3 ed. rev. – São Paulo: Cengage Learning, 2009.

NAMORADO, Rui. **Cooperativismo**. In: CATTANI, Antonio David; LAVILLE, Jean-Louis; GAIGER, Luis Inácio; HESPANHA, Pedro (orgs.) (2009), Dicionário internacional da outra economia. Coimbra: Almedina, 345 p.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS – OCB. Disponível em: <[www.ocb.org.br](http://www.ocb.org.br)>. Acesso em: 09 jul. 2013.

PASSOS, Márcio Santos. **O papel da educação cooperativista para o fortalecimento das cooperativas**. Curso de Pós-graduação em Economia, Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC, Monografia (Especialização em Economia das Sociedades Cooperativas), 30p. Ilhéus – BA, 2008.

PEREIRA, José Roberto; CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão pública e gestão social: interfaces e delimitações. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v 3, n. 1, p. 135-144, Jan/Jun 2012.

SCHNEIDER, José Odelso. A doutrina do cooperativismo: análise do alcance, do sentido e da atualidade dos seus valores, princípios e normas nos tempos atuais. **Cadernos Gestão Social**, Salvador, v 3, n. 2, p. 252-273 Jul/Dez, 2012.

SINGER, Paul. O Desenvolvimento Capitalista e o Desenvolvimento Solidário. São Paulo: **Estudos avançados**. v. 18, n. 5, p. 7-22, Mai/ Jun 2004.

SPINDEL, Arnaldo (1992). **O que é socialismo**. 26 ed. São Paulo, Brasiliense: 1992.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

WOODCOCK, George (org.) **Grandes escritos anarquistas**. Porto Alegre: LP&M, 1977.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3 ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



**TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA  
“JOSÉ ALBANO DE MACEDO”**

Identificação do Tipo de Documento

- ( ) Tese  
 ( ) Dissertação  
 ( ) Monografia  
 Artigo

Nós, Darlianny Leite da Silva e Naíce Vaníssa de Sousa Bezerra, autorizamos, com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de 02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação Cooperativismo: da Origem à Prática Atual de nossa autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 26 de setembro de 20 13.

Darlianny Leite da Silva  
Assinatura

Naíce Vaníssa de Sousa Bezerra  
Assinatura